

SCHULZ S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO **ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E** **CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015**

(Em milhares de Reais exceto quando indicado de outra forma)

NOTA 1 - CONTEXTO OPERACIONAL

A Schulz S.A. é uma sociedade de capital aberto, cujos atos constitutivos datados de 04/07/1963 estão arquivados na Jucesc sob nº 4230008486. Está registrada no CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas sob o nº 84.693.183/0001-68. Está sediada na cidade de Joinville - SC, Rua Dona Francisca, 6901, CEP 89.219-600.

A Sociedade tem por objeto: (1) A indústria, o comércio, a importação e a exportação de produtos metalúrgicos, de compressores de ar em geral, de compressores de ar e de bombas de vácuo destinados à área da saúde, de ferramentas manuais, pneumáticas e elétricas, de ferramentas manuais de fixação, aperto e corte, de máquinas, ferramentas, utensílios e acessórios para pulverizar e para trabalhar metais, de materiais de escavação e de penetração do solo, de aspiradores, de hidrolavadoras, de bombas e motobombas para recalque de água, de equipamentos mecânicos, hidráulicos e elétricos, bem como de partes, componentes e periféricos desses produtos. (2) A comercialização de graxas e óleos lubrificantes utilizados nos produtos de sua indústria e de seu comércio. (3) A prestação de serviços de usinagem e de pintura de peças fundidas, de prospecção, de instalação, de manutenção e de assistência técnica relacionada com os produtos de sua indústria e de seu comércio. (4) A locação, para quaisquer fins, de compressores de ar e de outros equipamentos de sua indústria e de seu comércio. (5) A participação em outras sociedades, quaisquer que sejam os seus objetivos sociais, para beneficiar-se, ou não, de incentivos fiscais.

A emissão destas demonstrações financeiras foi autorizada pela administração da Companhia em 21 de janeiro de 2016.

NOTA 2 - BASES DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas, compreendem:

a) Demonstrações Financeiras Individuais da Controladora

As demonstrações financeiras individuais da controladora foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com atendimento integral da Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, e pronunciamentos emitidos pelo CPC - Comitê de Pronunciamentos Contábeis e aprovados pelo CFC - Conselho Federal de Contabilidade e pela CVM – Comissão de Valores Mobiliários. As demonstrações financeiras individuais apresentam a avaliação dos investimentos em controladas pelo método da equivalência patrimonial, de acordo com a legislação brasileira vigente, dessa forma, não são consideradas como estando conforme as IFRS, que exigem a avaliação desses investimentos nas demonstrações separadas da controladora pelo custo ou valor justo.

b) Demonstrações Financeiras Consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as normas internacionais de contabilidade (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standard Board - IASB e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com atendimento integral da Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, e pronunciamentos emitidos pelo CPC

- Comitê de Pronunciamentos Contábeis e aprovados pelo CFC - Conselho Federal de Contabilidade e pela CVM – Comissão de Valores Mobiliários.

Como não existe diferença entre o patrimônio líquido consolidado e o resultado consolidado atribuíveis aos acionistas da controladora, constantes nas demonstrações financeiras consolidadas preparadas de acordo com as IFRS e as práticas contábeis adotadas no Brasil, e o patrimônio líquido e o resultado da controladora, constantes nas demonstrações financeiras individuais preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, a Companhia optou por apresentar essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas em um único conjunto.

NOTA 3 - RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

3.1 Demonstrações Financeiras Consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas são compostas pelas demonstrações financeiras da Schulz S.A. e suas controladas apresentadas abaixo:

Controlada	País	% de Participação	
		31/12/2015	31/12/2014
Schulz of América, Inc.	USA	100,00%	100,00%
Shanghai Schulz Machinery CO.,LTD	China	100,00%	100,00%

Os critérios adotados na consolidação são aqueles previstos na Lei nº 6.404/76 com as alterações promovidas pela Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, dos quais destacamos os seguintes:

- Eliminação dos saldos das contas ativas e passivas decorrentes das transações entre as sociedades incluídas na consolidação;
- Eliminação dos investimentos nas sociedades controladas na proporção dos seus respectivos patrimônios;
- Eliminação das receitas e das despesas decorrentes de negócios com as sociedades incluídas na consolidação; e,
- Padronização das políticas contábeis e dos procedimentos usados pelas sociedades incluídas nestas demonstrações financeiras consolidadas com os adotados pela controladora, com o propósito de apresentação, usando bases de classificação e mensuração uniformes.

3.2 Classificação de Itens Circulantes e Não Circulantes

No Balanço Patrimonial, ativos e obrigações vincendas ou com expectativa de realização dentro dos próximos 12 meses são classificados como itens circulantes e aqueles com vencimento ou com expectativa de realização superior a 12 meses são classificados como itens não circulantes.

3.3 Compensação Entre Contas

Como regra geral, nas demonstrações financeiras, nem ativos e passivos, ou receitas e despesas são compensados entre si, exceto quando a compensação é requerida ou permitida por um pronunciamento ou norma brasileira de contabilidade e esta compensação reflete a essência da transação.

3.4 Conversão de Moeda Estrangeira

Os itens nestas demonstrações financeiras são mensurados em moeda funcional Reais (R\$) que é a moeda do principal ambiente econômico em que a empresa atua e na qual é realizada a maioria de suas transações, e são apresentados nesta mesma moeda.

a) Transações em moeda estrangeira

Transações em outras moedas são convertidas para a moeda funcional conforme determinações do Pronunciamento Técnico CPC 02 - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Financeiras. Os itens monetários são convertidos pelas taxas de fechamento e os itens não monetários pelas taxas da data da transação.

b) Conversão de controlada no exterior

Os ativos e passivos de controladas no exterior são convertidos para Reais pela taxa de câmbio da data de fechamento das demonstrações contábeis e as correspondentes demonstrações de resultado são convertidas pela taxa de câmbio média do período. As diferenças cambiais resultantes das referidas conversões são contabilizadas diretamente no Patrimônio Líquido na rubrica de Ajuste de Avaliação Patrimonial, até a venda desse investimento, quando os saldos serão registrados na demonstração do resultado do exercício.

3.5 Caixa e Equivalentes de Caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem numerário em poder da empresa, depósitos bancários de livre movimentação e aplicações financeiras de curto prazo e de alta liquidez com vencimento original em três meses ou menos.

3.6 Ativos Financeiros

A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

(a) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes.

(b) Empréstimos e recebíveis

Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis da Companhia compreendem “contas a receber de clientes e demais contas a receber” e “caixa e equivalentes de caixa”.

Reconhecimento e mensuração:

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação - data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo. Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado.

Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade. Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são subsequentemente, contabilizados pelo valor justo.

Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva.

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado são apresentados na demonstração do resultado no período em que ocorrem.

A Companhia avalia, na data do balanço, se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros está desvalorizado (*impairment*).

3.7 Contas a Receber de Clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de mercadorias ou prestação de serviços no decurso normal das atividades da Companhia.

As contas a receber de clientes, inicialmente, são reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva menos a provisão para *impairment* (perdas no recebimento de créditos). Normalmente na prática são reconhecidas ao valor faturado ajustado a valor presente quando relevante e ajustado pela provisão para *impairment* se necessária.

3.8 Estoques

Os estoques estão registrados pelo menor valor entre o custo e o valor líquido realizável. O custo é determinado usando o método do custo médio. O custo dos produtos acabados e em elaboração compreende o custo das matérias-primas, mão-de-obra e outros custos indiretos relacionados à produção baseados na ocupação normal da capacidade e não inclui o custo de empréstimos e financiamentos. O valor líquido realizável é estimado com base no preço de venda dos produtos em condições normais de mercado, menos as despesas variáveis de vendas.

3.9 Investimentos

a) Investimentos em sociedades controladas

Nas demonstrações financeiras da controladora, os investimentos permanentes em sociedades controladas, são avaliados pelo método da equivalência patrimonial.

b) Propriedades para investimento

As propriedades para investimento são mantidas para auferir aluguel ou para valorização do capital. Não são mantidas para uso na produção ou fornecimento de bens ou serviços, finalidades administrativas ou venda no curso ordinário do negócio.

As propriedades para investimento são inicialmente reconhecidas pelo seu custo e após o reconhecimento inicial a companhia mensura as propriedades para investimento pelo método do valor justo, sendo as variações do valor justo reconhecidas no resultado.

3.10 Imobilizado

O valor justo apurado em 1º de janeiro de 2010 foi considerado como o custo atribuído destes ativos em 1º de janeiro de 2009, data de transição as normas internacionais de contabilidade (IFRS – *International Financial Reporting Standards*).

O custo de aquisição registrado no imobilizado está líquido dos tributos recuperáveis, e a contrapartida está registrada em impostos a recuperar.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item

e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídos é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear durante a vida útil estimada.

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício. O valor contábil de um ativo é imediatamente ajustado se este for maior que seu valor recuperável estimado.

3.11 Intangível

Os ativos intangíveis adquiridos são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável.

Ativos intangíveis gerados internamente, excluindo custos de desenvolvimento capitalizados, não são capitalizados, e o gasto é refletido na demonstração do resultado no exercício em que for incorrido.

A vida útil de ativo intangível é avaliada como definida ou indefinida. Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. Ativos com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa.

a) Ágio

O ágio (*goodwill*) é representado pela diferença positiva entre o valor pago ou a pagar e o montante líquido do valor justo dos ativos e passivos da entidade adquirida. O ágio de aquisições de controladas é registrado como "ativo intangível". O deságio, quando ocorrer é registrado como ganho no resultado do período, na data da aquisição. O ágio é testado anualmente para verificar prováveis perdas (*impairment*) e contabilizado pelo seu valor de custo menos as perdas acumuladas por *impairment*, que não são revertidas.

b) Licenças

As licenças de software adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para ser utilizados. Esses custos são amortizados durante sua vida útil estimada.

c) Desenvolvimento de Projetos

Os gastos com desenvolvimento vinculados a inovações tecnológicas dos produtos existentes são capitalizados, se tiverem viabilidade tecnológica e econômica, e amortizados pelo período esperado de benefícios dentro do grupo de despesas operacionais.

Após o reconhecimento inicial, o ativo é apresentado ao custo menos amortização acumulada e perdas de seu valor recuperável. A amortização é iniciada quando o desenvolvimento é concluído e o ativo encontra-se disponível para uso, pelo período dos benefícios econômicos futuros.

3.12 Impairment de Ativos Não Financeiros

Os ativos que estão sujeitos à depreciação ou amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável.

Uma perda por *impairment* é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o valor em uso.

Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa - UGC). Os ativos não financeiros, exceto o ágio, que tenham sofrido *impairment*, são revisados para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data de apresentação das demonstrações financeiras.

3.13 Contas a Pagar a Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso ordinário dos negócios e são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente, ajustada a valor presente quando relevante.

3.14 Empréstimos e Financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos da transação incorridos e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

3.14. 1 Arrendamentos

Arrendamento mercantil financeiro é aquele em que há transferência substancial dos riscos e benefícios inerentes à propriedade de um ativo. O título de propriedade pode ou não vir a ser transferido. Arrendamento mercantil operacional é um arrendamento mercantil que não se enquadra como arrendamento mercantil financeiro.

Os arrendamentos mercantis financeiros são registrados como ativos e passivos similarmente a operações de financiamento por quantias iguais ao valor justo do bem arrendado ou, se inferior, ao valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento mercantil, cada um determinado no início do arrendamento mercantil. Os pagamentos do arrendamento mercantil são segregados entre encargo financeiro lançado ao resultado e redução do passivo em aberto.

3.15 Provisões

As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o valor foi estimado com segurança.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de a Companhia liquidá-las é determinada, levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes do imposto, a qual reflete as avaliações atuais do mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

3.16 Imposto de Renda e Contribuição Social

As despesas fiscais do período compreendem o imposto de renda corrente e diferido. O imposto é reconhecido na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiver relacionado com itens reconhecidos diretamente no patrimônio. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio.

O encargo de imposto de renda corrente é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, na data do balanço do país em que a Companhia atua e gera lucro real. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas declarações de impostos de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores que deverão ser pagos às autoridades fiscais.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos lançados no passivo não circulante decorrem de diferenças temporárias originadas entre receitas e despesas lançadas no resultado, entretanto, adicionadas ou excluídas temporariamente na apuração do lucro real e da contribuição social. Os ativos decorrentes de créditos tributários diferidos somente são reconhecidos quando há expectativa da geração de resultados futuros suficientes para compensá-los.

3.17 Participação nos Resultados

A Companhia reconhece como provisão de despesas de participação (outras despesas operacionais) e no passivo, a provisão de participação nos resultados com base no programa PPR, cujo acordo foi aprovado pela Comissão de Fábrica e protocolado no Sindicato Laboral, e que leva em conta a avaliação de desempenho comparada com as metas setoriais internas. A Diretoria Estatutária, o Conselho de Administração e o Conselho Fiscal não participam deste programa.

3.18 Apuração do Resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil da competência dos exercícios, tanto para o reconhecimento de receitas quanto de despesas.

3.19 Reconhecimento das Receitas de Vendas

A receita de vendas compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos, bem como, após a eliminação das vendas entre empresas da Companhia.

A empresa reconhece a receita quando:

- (i) o valor da receita pode ser mensurado com segurança;
- (ii) é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade; e,
- (iii) quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia. O valor da receita não é considerado como mensurável com segurança até que todas as contingências relacionadas com a venda tenham sido resolvidas. A Companhia baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda.

3.20 Subvenções Governamentais

Subvenção governamental é uma assistência governamental geralmente na forma de contribuição de natureza pecuniária, mas não só restrita a ela, concedida a uma entidade normalmente em troca do cumprimento passado ou futuro de certas condições relacionadas às atividades operacionais da entidade.

Subvenções relacionadas a ativos são subvenções governamentais cuja condição principal para que a entidade se qualifique é a de que ela compre, construa ou de outra forma adquira ativos de longo prazo. Também podem ser incluídas condições acessórias que restrinjam o tipo ou a localização dos ativos, ou os períodos durante os quais devem ser adquiridos ou mantidos.

As subvenções governamentais, quando tratar-se de concessão de empréstimo com juros inferiores ao mercado são contabilizados e divulgados os efeitos da assistência governamental da qual a companhia tenha se beneficiado.

A subvenção governamental deve ser lançada no resultado da companhia pelo regime de competência e transferida para Reserva de Incentivos Fiscais na destinação do lucro líquido ao final do exercício social.

3.21 Julgamento e Uso de Estimativas Contábeis

A preparação de demonstrações financeiras requer que a administração da Companhia se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos e passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações sobre dados das suas demonstrações financeiras. Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem diferir dessas estimativas.

As políticas contábeis e áreas que requerem um maior grau de julgamento e uso de estimativas na preparação das demonstrações financeiras, são:

- a) Créditos de liquidação duvidosa que são inicialmente provisionados e posteriormente lançados para perda quando esgotadas as possibilidades de recuperação;
- b) Constituição de provisão para perdas nos estoques;
- c) Vida útil e valor residual dos ativos imobilizados e intangíveis;
- d) *Impairment* dos ativos imobilizados, intangíveis e *ágio*; e,
- e) Passivos contingentes que são provisionados de acordo com a expectativa de êxito, obtida e mensurada em conjunto a assessoria jurídica da empresa.

3.22 Ajuste a Valor Presente

Os elementos integrantes do ativo e passivo monetários, decorrentes de operações de longo prazo, e os de curto prazo quando o efeito for relevante são ajustados a valor presente, levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita dos respectivos ativos e passivos. Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da administração, a Companhia concluiu que o ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é irrelevante em relação as demonstrações financeiras tomadas em conjunto e, dessa forma, não registrou nenhum ajuste.

NOTA 4 - GERENCIAMENTO DE RISCO DOS INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Em atendimento a Deliberação CVM nº 604, de 19 de novembro de 2009, que aprovou os Pronunciamentos Técnico CPC nºs 38, 39 e 40, e a Instrução CVM 475, de 17 de dezembro de 2008, a Companhia revisa os principais instrumentos financeiros ativos e passivos, bem como os critérios para a sua valorização, avaliação, classificação e os riscos a eles relacionados, os quais estão descritos a seguir:

- a) **Recebíveis:** São classificados como recebíveis os numerários em caixa, depósitos bancários disponíveis e contas a receber cujos valores registrados aproximam-se, na data do balanço, aos de realização.

- b) **Mensurados ao valor justo por meio do resultado:** As aplicações financeiras são classificadas como equivalentes de caixa por serem de alta liquidez e prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, sendo mensuradas ao valor justo por meio do resultado.
- c) **Derivativos:** A empresa não mantém operações em derivativos.
- d) **Outros passivos financeiros:** São classificados neste grupo os empréstimos e financiamentos, os saldos mantidos com fornecedores e outros passivos circulantes, que são avaliados pelo custo amortizado.
- e) **Valor justo:** Os valores justos dos instrumentos financeiros são iguais aos valores contábeis.
- f) **Gerenciamento de riscos de instrumentos financeiros:** A Administração da Companhia realiza o gerenciamento a exposição aos riscos de taxas de juros, câmbio, crédito e liquidez em suas operações com instrumentos financeiros dentro de uma política global de seus negócios.

Risco de Crédito

Esses riscos são administrados por critérios rigorosos de análise de crédito e estabelecimento do limite de exposição para cada cliente, ajustados periodicamente conforme o comportamento do risco apresentado.

Risco com taxa de juros

A Companhia monitora continuamente o comportamento das taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de operações para proteger-se contra o risco de volatilidade dessas taxas.

Risco de Exposição Cambial Líquida

Em 31 de dezembro de 2015, a Companhia possuía uma exposição cambial contábil ativa de US\$ 1,2 milhões, cuja composição encontra-se detalhada no quadro “Análise de Sensibilidade da Exposição Cambial” desta Nota Explicativa.

Derivativos e Riscos Associados

Em 31 de dezembro de 2015, a Companhia não possuía operações com características de instrumentos financeiros derivativos na forma definida pela deliberação CVM nº 550 de 17 de outubro de 2008.

Análise de Sensibilidade dos Instrumentos Financeiros

A fim de apresentar os riscos que podem gerar prejuízos significativos para a empresa, conforme determinado pela CVM, por meio das Instruções nºs. 475 e 550/08, apresentamos a seguir, demonstrativo de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros que apresentam risco associado à variação na taxa de câmbio (risco de baixa do dólar), pois a companhia possuía exposição líquida ativa em dólar.

Quadro Demonstrativo de Análise de Sensibilidade da Exposição Cambial Líquida				
Descrição	31/12/2015 R\$ Mil	Cenário I R\$ Mil	Cenário II R\$ Mil	Cenário III R\$ Mil
Ativos				
Clientes no Mercado Externo	87.893	85.534	83.283	81.032
Caixa/Bancos - Moeda estrangeira	28.389	27.627	26.900	26.173
Derivativos	-	-	-	-
Total	116.282	113.161	110.183	107.205
Passivos				
Dívida Bancária	110.358	107.396	104.570	101.744
Derivativos	-	-	-	-
Outros Passivos	1.163	1.132	1.102	1.072
Total	111.521	108.528	105.672	102.816
Exposição Líquida - R\$ Mil	(4.761)	(4.633)	(4.511)	(4.389)
Exposição Líquida - US\$ Mil	(1.219)	(1.219)	(1.219)	(1.219)
Taxa Dólar	3,9048	3,8000	3,7000	3,6000

Esta simulação somente terá prejuízo, se o real valorizar, conforme demonstrado. A Companhia entende que os demais instrumentos financeiros não apresentam riscos relevantes e, portanto, dispensam a demonstração da análise de sensibilidade, referida na Instrução nº475/08 e 550/08.

NOTA 5 - CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Caixa e Equivalentes de Caixa	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Caixa	6	13	6	13
Bancos Conta Movimento	364	518	364	518
Caixa e Banco - Moeda Estrangeira	21.209	29.742	28.389	30.951
Aplicação Financeira	223.053	207.946	223.053	207.946
Total	244.632	238.219	251.812	239.428

As aplicações financeiras estão lastreadas em certificados de depósito bancário (CDB) e Operações Compromissadas, e tem seu rendimento atrelado ao CDI.

NOTA 6 - CLIENTES E OUTROS CRÉDITOS

Contas a Receber	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Contas a Receber de Clientes Interno	100.336	142.626	100.336	142.626
Contas a Receber de Clientes Externo	81.876	64.438	88.836	67.938
Contas a Receber de Empresas Ligadas	4.372	3.143		
Impairment (Provisão para Perdas-MI)	(6.432)	(5.871)	(6.432)	(5.871)
Impairment (Provisão para Perdas-ME)	(535)	(778)	(926)	(1.044)
Contas a Receber de Clientes	179.617	203.558	181.814	203.649
Adiantamentos	15.154	11.915	17.507	12.849
Outros Créditos	4.591	4.314	4.553	4.561
Parcela Circulante	199.362	219.787	203.874	221.059
Outros Créditos	88	98	88	98
Parcela Não Circulante	88	98	88	98
Total a Receber de Clientes	179.617	203.558	181.814	203.649
Total dos Demais Créditos	19.833	16.327	22.148	17.508
Total Geral	199.450	219.885	203.962	221.157
Aging List Contas a Receber de Clientes	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Vencidos de 1 a 30 dias	11.356	10.308	11.751	10.690
Vencidos de 31 a 60 dias	2.328	3.451	2.807	3.503
Vencidos de 61 a 180 dias	3.206	2.615	3.422	2.936
Vencidos acima de 181 dias	6.967	6.816	8.509	7.803
A vencer em até 3 meses	137.777	152.457	137.937	152.628
A vencer mais de 3 meses	24.950	34.560	24.746	33.004
Contas a Receber de Clientes	186.584	210.207	189.172	210.564
Contas a Receber por Tipo de Moeda	31/12/15	31/12/14	31/12/2015	31/12/2014
Reais	100.336	142.626	100.336	142.626
US\$	78.205	65.831	80.793	66.188
Euro	8.043	1.750	8.043	1.750
Total	186.584	210.207	189.172	210.564

NOTA 7 – ESTOQUES

Estoques	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Produtos Acabados	20.137	27.755	26.692	32.678
Impairment de Produtos Acabados	(8.286)	(8.098)	(8.286)	(8.098)
Produtos em Elaboração	13.547	398	13.547	398
Matéria-Prima	18.546	18.384	18.546	18.384
Materiais Consumo Produção	5.950	6.912	5.950	6.912
Consignação	23.323	23.497	23.323	23.497
Revenda	59.863	46.656	59.863	46.656
Outros Estoques	10.177	9.544	10.177	9.544
Total	143.257	125.048	149.812	129.971

NOTA 8 - IMPOSTOS A RECUPERAR

Impostos a Recuperar	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
ICMS a Recuperar	4.936	2.435	4.936	2.435
IPI a Recuperar	1.227	793	1.227	793
IRPJ/CSLL	6.091	5.289	6.091	5.289
IRRF s/ Aplicação Financeira	1.212		1.212	
Reintegra a Recuperar	396	1.362	396	1.362
Outros Impostos	343	1.106	472	1.119
Parcela Circulante	14.205	10.985	14.334	10.998
ICMS a Recuperar	995	1.607	995	1.607
Parcela Não Circulante	995	1.607	995	1.607
Total	15.200	12.592	15.329	12.605

NOTA 9 – EMPRÉSTIMOS COMPULSÓRIOS ELETROBRÁS

Em 10 de outubro de 2012, a Companhia obteve sentença transitada em julgado favorável conforme documento “Cumprimento de Sentença nº 2005.72.01.004956-7/SC”, O valor foi reconhecido no balanço de 2012 como Outras Receitas Operacionais. Em 31/12/15 o saldo ainda a ser liberado para a Companhia é de R\$ 5.3 milhões.

NOTA 10 – INVESTIMENTOS

Investimentos	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Investimentos em Sociedades Controladas	15.440	9.211	10	
Propriedades para Investimento	10.031	7.274	10.031	7.274
Total	25.471	16.485	10.041	7.274

10.1 Investimentos em Sociedades Controladas

Nas demonstrações financeiras da controladora estão reconhecidos os seguintes investimentos em sociedades controladas, avaliados pelo patrimônio líquido das investidas, conforme participação em cada empresa:

Controladora									
Nome	País	Ativos	Passivos	Patrimônio Líquido	Receitas	Resultado Líquido do Período	% de Participação	Equivalência Patrimonial	Valor do Investimento
Em 31 de dezembro de 2014									
Schulz of América, Inc.	USA	9.297	668	8.629	9.889	63	100,00%	63	8.629
Em 31 de dezembro de 2015									
Schulz of América, Inc.	USA	18.913	5.182	13.731	17.235	907	100,00%	907	13.731
Em 31 de dezembro de 2014									
Shanghai Schulz Machinery CO.,LTD	China	1.471	1.174	297	487	(930)	100,00%	(930)	297
Em 31 de dezembro de 2015									
Shanghai Schulz Machinery CO.,LTD	China	4.460	2.761	1.699	4.633	(860)	100,00%	(860)	1.699

Nas demonstrações financeiras consolidadas esses investimentos foram eliminados, sendo as sociedades controladas, totalmente consolidadas conforme os critérios apresentados na nota 3.1.

10.2 Propriedade para Investimento

Propriedade para Investimento	Controladora e Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2014	7.274
Adições	
Baixas	
Valor Justo	2.757
Saldo em 31 de dezembro de 2015	10.031

A Companhia possui terrenos classificados como propriedades para investimentos localizados em Joinville e Araquari. Os valores justos destas propriedades foram atualizados para 2015, atendendo a deliberação CVM nº 584 de 31 de julho de 2009 que aprova o Pronunciamento Técnico CPC 28 - Propriedade para Investimento.

NOTA 11 – IMOBILIZADO

Imobilizado	Controladora								
	Terrenos	Edificações e Benfeitorias	Máquinas e Equipamentos	Móveis e Utensílios	Veículos	Instalações e Ferramentas	Equipamentos de Informática	Outros	Imobilizado Andamento
Taxas anuais de depreciação		3%	2,5% a 33%	3% a 20%	5% a 33%	3% a 33%	8% a 20%	4% a 20%	
Em 31 de dezembro de 2014									
Custo	32.899	114.834	359.092	9.155	2.718	107.846	11.763	10.791	25.759
Depreciação Acumulada		(38.842)	(194.164)	(4.039)	(1.428)	(56.803)	(7.384)	(6.672)	(309.332)
Valor contábil líquido	32.899	75.992	164.928	5.116	1.290	51.043	4.379	4.119	25.759
Em 31 de dezembro de 2015									
Custo	32.951	117.654	375.374	9.036	2.718	110.336	11.802	10.254	8.411
Depreciação Acumulada		(41.485)	(209.032)	(4.453)	(1.737)	(62.410)	(8.559)	(6.495)	(334.171)
Valor contábil líquido	32.951	76.169	166.342	4.583	981	47.926	3.243	3.759	8.411

Imobilizado	Consolidado									
	Terrenos	Edificações e Benfeitorias	Máquinas e Equipamentos	Móveis e Utensílios	Veículos	Instalações e Ferramentas	Equipamentos de Informática	Outros	Imobilizado Andamento	Total
Taxas anuais de depreciação	3%	2,5% a 33%	3% a 20%	5% a 33%	3% a 33%	8% a 20%	4% a 20%			
Em 31 de dezembro de 2014										
Custo	32.899	114.834	359.231	9.187	2.763	107.846	11.766	10.791	25.759	675.076
Depreciação Acumulada		(38.842)	(194.255)	(4.068)	(1.464)	(56.803)	(7.387)	(6.672)		(309.491)
Valor contábil líquido	32.899	75.992	164.976	5.119	1.299	51.043	4.379	4.119	25.759	365.585
Adições			1.311	5			106		13.578	15.000
Transferências	52	3.135	21.536	225		4.937	241	336	(30.572)	(110)
Transferências Depreciação			(27)	4		22	(4)	6		1
Variação Cambial			10	6	(2)					14
Baixas		(315)	(6.559)	(349)		(2.447)	(308)	(873)	(354)	(11.205)
Depreciação		(2.781)	(20.051)	(736)	(315)	(7.937)	(1.475)	(685)		(33.980)
Baixas da Depreciação		138	5.191	314		2.308	304	856		9.111
Saldo Final	32.951	76.169	166.387	4.588	982	47.926	3.243	3.759	8.411	344.416
Em 31 de dezembro de 2015										
Custo	32.951	117.654	375.529	9.074	2.761	110.336	11.805	10.254	8.411	678.775
Depreciação Acumulada		(41.485)	(209.142)	(4.486)	(1.779)	(62.410)	(8.562)	(6.495)		(334.359)
Valor contábil líquido	32.951	76.169	166.387	4.588	982	47.926	3.243	3.759	8.411	344.416

A Companhia procedeu revisão da Vida Útil Econômica do Ativo Imobilizado de acordo com a lei 11.638/07 e 11.941/09, atendendo em especial a deliberação CVM nº 583, de 31 de julho de 2009, que aprova o Pronunciamento Técnico CPC 27 o qual aborda o assunto do ativo imobilizado e sua vida útil e a deliberação CVM nº 619, de 22 de dezembro 2009 que aprova a Interpretação Técnica ICPC 10.

Metodologia utilizada para determinar o novo cálculo da depreciação

A base adotada para determinar o novo cálculo da depreciação foi a política da Companhia que demonstra as novas vidas úteis e os percentuais de residual para cada item do ativo imobilizado das unidades avaliadas. Para cada família de itens a Companhia estabeleceu uma nova vida útil conforme as premissas, critérios e elementos de comparação citados abaixo.

A base adotada para revisão do cálculo da depreciação foram as seguintes premissas e critérios:

- Mudanças na utilização dos bens;
- Aquisições do período;
- Mudanças nos processos produtivos que possam levar ao desgaste maior dos bens;
- Alteração no plano de manutenção;
- Mudanças na política da Cia sobre renovação de ativos;
- Estado de conservação dos bens, através da inspeção “*in loco*”;
- Dados históricos;
- Experiência da CIA com ativos semelhantes;
- Mudanças no ambiente econômico onde a CIA atua;
- Informações contábeis;
- Pesquisas Internas (entrevistas com os responsáveis das áreas);
- Especificações técnicas e
- Alinhamento ao planejamento geral do negócio.

Na determinação da política de estimativa de vida útil, os critérios utilizados pelos especialistas foram o estado de conservação dos bens, evolução tecnológica, a política de renovação dos ativos, e a experiência da Companhia com seus ativos.

Em 31 de dezembro de 2015, nas demonstrações consolidadas, o montante de R\$ 31.397 mil (R\$ 30.034 mil em 31 de dezembro 2014), referente à depreciação do imobilizado foi debitado ao resultado na rubrica de “custo dos produtos vendidos”, o montante de R\$ 847 mil (R\$ 758 mil em 31 de dezembro de 2014) como “despesas comerciais” e o montante de R\$ 1.736 mil (R\$ 1.812 mil em 31 de dezembro de 2014) como “despesas gerais e administrativas”.

Em virtude de diversos contratos de financiamento, cujo saldo devedor em 31 de dezembro de 2015 totalizava R\$ 16.546 mil (R\$ 18.560 mil em 31 de dezembro de 2014), a Companhia possui alienação fiduciária de bens do imobilizado representados por máquinas e equipamentos.

NOTA 12 – INTANGÍVEL

Intangível	Controladora						Total
	Marcas	Patentes	Imob. Intang. Andamento	Desenv. Projetos	Programas de Computador	Ágio - Goodwill	
Taxas anuais de amortização	0%	0%	0%	7%	8 a 20%	0%	
Em 31 de dezembro de 2014							
Custo	121	17	11	22.574	8.783	556	32.062
Amortização Acumulada	(95)			(6.354)	(5.739)		(12.188)
Valor contábil líquido	26	17	11	16.220	3.044	556	19.874
Adições			936	170			1.106
Transferências			660	(967)	442		135
Transferência Amortização							
Baixas			(19)		(48)		(67)
Amortização				(1.297)	(909)		(2.206)
Baixa Amortização					47		47
Saldo Final	26	17	1.588	14.126	2.576	556	18.889
Em 31 de dezembro de 2015							
Custo	121	17	1.588	21.777	9.177	556	33.236
Amortização Acumulada	(95)			(7.651)	(6.601)		(14.347)
Valor contábil líquido	26	17	1.588	14.126	2.576	556	18.889

Intangível	Consolidado						Total
	Marcas	Patentes	Imob. Intang. Andamento	Desenvolv. Projetos	Programas de Computador	Ágio - Goodwill	
Taxas anuais de amortização	0%	0%	0%	7%	8 a 20%	0%	
Em 31 de dezembro de 2014							
Custo	121	17	11	22.574	8.783	556	32.062
Amortização Acumulada	(95)			(6.354)	(5.739)		(12.188)
Valor contábil líquido	26	17	11	16.220	3.044	556	19.874
Adições			936	170			1.106
Transferências			660	(967)	442		135
Transferência Amortização							
Baixas			(19)		(48)		(67)
Amortização				(1.297)	(909)		(2.206)
Baixa Amortização					47		47
Saldo Final	26	17	1.588	14.126	2.576	556	18.889
Em 31 de dezembro de 2015							
Custo	121	17	1.588	21.777	9.177	556	33.236
Amortização Acumulada	(95)			(7.651)	(6.601)		(14.347)
Valor contábil líquido	26	17	1.588	14.126	2.576	556	18.889

As marcas e o ágio são decorrentes do processo de aquisição e incorporação da SOMAR S.A. – Indústrias Mecânicas.

Em 31 de dezembro de 2015, nas demonstrações consolidadas, o montante de R\$ 1. 501 mil (R\$ 1.353 mil em 31 de dezembro de 2014) foi registrado como “custo dos produtos vendidos” e o montante de R\$ 705 mil (R\$ 662 mil em 31 de dezembro de 2014) como “despesas gerais e administrativas”.

NOTA 13 - RECUPERABILIDADE DOS ATIVOS (IMPAIRMENT)

Anualmente ou quando houver indicação que uma perda foi sofrida, a empresa realiza o teste de recuperabilidade dos saldos contábil de ativos intangíveis, imobilizado e outros ativos não circulantes, para determinar se estes ativos sofreram perdas por “impairment”.

Estes testes são realizados de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 01 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos.

A empresa realizou o teste de recuperabilidade para os ativos intangíveis, imobilizado e outros ativos circulantes, sendo identificadas as seguintes perdas por “impairment”:

Impairment	Controladora		Contas a Receber	Estoques
	Contas a receber	Estoques		
Em 31 de dezembro de 2014	(6.649)	(8.098)	(6.915)	(8.098)
Constituições (resultado)	(4.375)	(845)	(4.825)	(845)
Reversões (resultado)	4.057	657	4.382	657
Baixas contra provisões				
Em 31 de dezembro de 2015	(6.967)	(8.286)	(7.358)	(8.286)

NOTA 14 - FORNECEDORES E OUTRAS OBRIGAÇÕES

Fornecedores e Outras Obrigações	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Contas a Pagar a Fornecedores Interno	27.721	29.651	27.721	29.651
Contas a Pagar a Fornecedores Externo	1.192	1.326	1.004	382
Contas a Pagar a Empresas Ligadas	(607)	512		
Contas a Pagar a Fornecedores	28.306	31.489	28.725	30.033
Obrigações Sociais	17.261	22.698	17.261	22.698
Obrigações Tributárias	3.828	5.672	4.355	5.346
Diretores e Acionistas	4.812	6.195	4.812	6.195
Incorporação Somar		639		639
Adiantamentos de Clientes	7.217	10.692	7.217	10.692
Outras Contas a Pagar	5.223	5.659	7.848	6.135
Parcela Circulante	66.647	83.044	70.218	81.738
Obrigações Tributárias	2.321	3.362	2.321	3.362
Parcela Não Circulante	2.321	3.362	2.321	3.362
Total a Pagar a Fornecedores	28.306	31.489	28.725	30.033
Total de Outras Contas a Pagar	40.662	54.917	43.814	55.067
Total Geral	68.968	86.406	72.539	85.100
Aging List Contas a Pagar	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Vencidos				
A vencer em até 3 meses	28.094	31.029	28.513	29.573
A vencer mais de 3 meses	212	460	212	460
Contas a Pagar a Fornecedores	28.306	31.489	28.725	30.033
Contas a Pagar por Tipo de Moeda	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Reais	27.721	29.651	27.721	29.651
US\$	193	1.456	612	
Euro	392	382	392	382
Contas a Pagar a Fornecedores	28.306	31.489	28.725	30.033

NOTA 15 - EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Empréstimos e Financiamentos					Controladora		Consolidado	
Modalidade	Taxa Média	Garantia	Moeda	Indexador	31/12/15	31/12/14	31/12/15	31/12/14
BNDES - FINEM	SELIC +3,00% a.a.	Fiança Bancária	Real	Pós-Fixada	772	1.365	772	1.365
BNDES - FINEM	TJLP + 1,80% a.a.	Fiança Bancária	Real	Pós-Fixada	936	934	936	934
BNDES - FINEM	TJLP (462) + 1,80% a.a.	Fiança Bancária	Real	Pós-Fixada	5.370	5.373	5.370	5.373
BNDES - FINEM	J. Res. 635 (Cód.001) 3,4 + 1,80%	Fiança Bancária	Dólar	Pós-Fixada	1.125	546	1.125	546
BNDES-Exim-PSI	7,39% a.a.	Nota Promissória/Recebíveis	Real	Pré-Fixada	55.404	60.119	55.404	60.119
Capital de Giro	VC+5,84% a.a.	Nota Promissória	Dólar	Pré-Fixada				11
Cédula Crédito Bancário	120% do CDI(CDI + 1,5%)	Alienação Fiduciária	Real	Pós-Fixada	43	456	43	456
Cédula Crédito Bancário	Zero	Alienação Fiduciária	Real	Pré-Fixada	158		158	
Exportação-NCE	CDI + 1,5% a.a.	Nota Promissória/Recebíveis	Real	Pós-Fixada	28.535	29.082	28.535	29.082
Exportação-NCE - Resol. 3622	5,5% a.a.	Nota Promissória	Real	Pré-Fixada	1.667	6.756	1.667	6.756
Exportação-NCE	Taxa Efetiva 11% a.a.	Sem Garantia	Real	Pré-Fixada	375		375	
Finame	TJLP + 2,07% a.a.	Alienação Fiduciária	Real	Pré-Fixada	3.133	2.452	3.133	2.452
Leasing	100% do CDI(CDI + 1,5%)	Alienação Fiduciária	Real	Pós-Fixada	46		46	
Pré-Pgto. Export	VC + Libor + 3,73% a.a.	Nota Promissória	Dólar	Pós-Fixada	29.771	46.393	29.771	46.393
Resolução 4131	VC + Libor + 2,60% a.a.	Nota Promissória/Recebíveis	Dólar	Pós-Fixada	16.152	11.032	16.152	11.032
Vendor	105% do CDI	Nota Promissória	Real	Pós-Fixada	4.396	4.782	4.396	4.782
Total do Circulante					147.883	169.290	147.883	169.301
Modalidade	Taxa Média	Garantia	Moeda	Indexador				
BNDES - FINEM	SELIC +3,00% a.a.	Fiança Bancária	Real	Pós-Fixada		681		681
BNDES - FINEM	TJLP + 1,80% a.a.	Fiança Bancária	Real	Pós-Fixada	1.853	2.770	1.853	2.770
BNDES - FINEM	TJLP (462) + 1,80% a.a.	Fiança Bancária	Real	Pós-Fixada	17.503	12.350	17.503	12.350
BNDES - FINEM	J. Res. 635 (Cód.001) 3,4 + 1,80%	Fiança Bancária	Dólar	Pós-Fixada	4.790	1.667	4.790	1.667
BNDES-Exim-PSI	7,39% a.a.	Nota Promissória	Real	Pós-Fixada	100.000	153.550	100.000	153.550
Cédula Crédito Bancário	120% do CDI(CDI + 1,5%)	Alienação Fiduciária	Real	Pós-Fixada	-	59		59
Exportação-NCE	100% do CDI	Sem Garantia	Real	Pós-Fixada	29.123		29.123	
Exportação-NCE	CDI + 1,5% a.a.	Nota Promissória/Recebíveis	Real	Pós-Fixada	24.011	52.637	24.011	52.637
Exportação-NCE - Resol. 3622	5,5% a.a.	Nota Promissória	Real	Pré-Fixada	-	3.333		3.333
Exportação-NCE	Taxa Efetiva 11% a.a.	Sem Garantia	Real	Pós-Fixada	20.000	-	20.000	
Finame	TJLP + 3,18% a.a.	Alienação Fiduciária	Real	Pré-Fixada	13.144	15.593	13.144	15.593
Leasing	100% do CDI(CDI + 1,5%)	Alienação Fiduciária	Real	Pós-Fixada	22		22	
Pré-Pgto. Export	VC + Libor + 3,73% a.a.	Nota Promissória	Dólar	Pós-Fixada	42.579	20.206	42.579	20.206
Resolução 4131	VC + Libor + 2,60% a.a.	Nota Promissória/Recebíveis	Dólar	Pós-Fixada	15.942	21.689	15.942	21.689
Total do Não Circulante					268.967	284.535	268.967	284.535
Total de Empréstimos e Financiamentos					416.850	453.825	416.850	453.836
Escalonamento da Dívida					31/12/15	31/12/14	31/12/15	31/12/14
Em até 6 meses					85.506	95.757	85.506	95.757
De 6 meses a 1 ano					62.377	73.533	62.377	73.544
De 1 a 2 anos					158.796	120.843	158.796	120.843
De 2 a 3 anos					81.896	134.741	81.896	134.741
De 3 a 5 anos					23.809	23.686	23.809	23.686
Acima de 5 anos					4.466	5.265	4.466	5.265
Total de Empréstimos e Financiamentos					416.850	453.825	416.850	453.836
Dívida por Tipo de Moeda					31/12/15	31/12/14	31/12/15	31/12/14
Reais - R\$		CP			100.835	111.319	100.835	111.319
Dólar Norte-Americano - US\$		CP			47.048	57.971	47.048	57.982
Reais - R\$		LP			205.656	240.973	205.656	240.973
Dólar Norte-Americano - US\$		LP			63.311	43.562	63.311	43.562
Total de Empréstimos e Financiamentos					416.850	453.825	416.850	453.836
Dívida por Indexação					31/12/15	31/12/14	31/12/15	31/12/14
Taxas Pré-Fixadas					173.881	241.803	173.881	241.814
Taxas Pós-Fixadas					242.969	212.022	242.969	212.022
Total de Empréstimos e Financiamentos					416.850	453.825	416.850	453.836

NOTA 16 - IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

IRPJ e CSLL - Passivo	Controladora		Consolidado	
	31/12/15	31/12/14	31/12/15	31/12/14
IRPJ a recolher			527	
IR Federal Filial EUA				
CSLL a recolher	379	1.099	379	1.099
Total Passivo Circulante	379	1.099	906	1.099
IRPJ sobre diferenças temporárias	54.780	53.139	54.780	53.139
CSLL sobre diferenças temporárias	19.721	19.121	19.721	19.121
Total Passivo Não Circulante	74.501	72.260	74.501	72.260

16.1 Tributos Diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto de renda e da contribuição social sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras, apurados em conformidade com a Deliberação CVM nº 599/09 e Instrução CVM nº 371/02.

As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação desses créditos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

A movimentação dos ativos e passivos de imposto de renda diferido durante o exercício é a seguinte:

Movimentação Líquida dos Tributos Diferidos	Controladora e Consolidado				
	Tributos Diferidos Passivos sobre Diferenças Temporárias				
	Diferenças Temporárias	Valor Justo Propr.p/Investim.	Valor Justo Imobilizado	Vida útil Imobilizado	Total
Em 31 de dezembro 2014	9.649	2.305	27.341	32.965	72.260
Constituição dos Tributos	913	937	1.178	775	3.803
Transferência	775		(3.101)	2.326	0
Baixa dos Tributos	(1.562)				(1.562)
Em 31 de dezembro 2015	9.775	3.242	25.418	36.066	74.501

16.2 Despesas com Tributos sobre o Lucro

A seguir são apresentados os encargos com tributos sobre o lucro registrados no resultado dos períodos:

Conciliação IRPJ/CSLL do Resultado do Período	Controladora		Consolidado	
	31/12/15	31/12/14	31/12/15	31/12/14
Provisão IRPJ	10.575	9.992	11.059	10.004
Provisão CSLL	3.607	3.448	3.607	3.448
Constituição IRPJ sobre diferenças temporárias	2.710	6.683	2.710	6.683
Constituição CSLL sobre diferenças temporárias	975	2.406	975	2.406
Realização de IRPJ sobre diferenças temporárias	(1.445)	(2.589)	(1.445)	(2.589)
Realização de CSLL sobre diferenças temporárias	(515)	(967)	(515)	(967)
IRPJ/CSLL do Resultado do Período	15.907	18.973	16.391	18.985

NOTA 17 – PROVISÕES DE CONTINGÊNCIAS

A Companhia possui processos em andamento de natureza trabalhista e tributária, e que estão registrados no Exigível a Longo Prazo, para os processos cuja estimativa de perda é considerada provável. Depósitos judiciais foram efetuados no valor de R\$ 3.305 mil (R\$ 3.923 mil em 31 de dezembro de 2014) e são registrados no Realizável a Longo Prazo.

Provisões Contingências	Trabalhistas	Tributárias	Total
Em 31 de dezembro de 2014	2.074	-	2.074
Constituição de provisões	148		148
Reversão de provisões	-		-
Provisões utilizadas			-
Em 31 de dezembro de 2015	2.222	-	2.222

A Companhia possui passivos contingentes considerados pelos assessores jurídicos como possível probabilidade de perda, para os quais não há provisões constituídas. As principais contingências não contabilizadas são as seguintes:

Contingências	Valor da Causa	
	31/12/2015	31/12/2014
Trabalhista e Previdenciária	5.070	7.863
Tributária	2.460	2.500
Cível	1.010	237
Total	8.540	10.600

NOTA 18 - PARTES RELACIONADAS

18.1 Transações com Controladas

As seguintes transações foram conduzidas com partes relacionadas:

Parte Relacionada	Ativo		Ativo	
	Contas a Receber de Clientes		Outras Contas a Receber	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Shanghai Schulz Machinery CO.,LTD				
Schulz of América, Inc.	4.372	3.143		
Total	4.372	3.143		

Parte Relacionada	Passivo		Passivo	
	Fornecedores		Outras Contas a Pagar	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Shanghai Schulz Machinery CO.,LTD				
Schulz of América, Inc.	4.372	3.143		
Total	4.372	3.143		

Parte Relacionada	Resultado(Receitas)		Resultado(Custo)	
	Receita de Vendas		Custo das Vendas	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Shanghai Schulz Machinery CO.,LTD	4.633	487	4.633	487
Schulz of América, Inc.	6.471	5.182	6.471	5.182
Total	11.104	5.669	11.104	5.669

As operações de compra e venda envolvendo partes relacionadas são efetuadas a preços normais de mercado.

18.2 Transações com Acionistas e Diretores

Parte Relacionada	Controladora		Consolidado	
	Outras Contas a Pagar		Outras Contas a Pagar	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Participação Administradores Estatutários	3.765	3.625	3.765	3.625
Controladores da Incorporada Somar S.A.		639		639
Juros sobre Capital Próprio	121	102	121	102
Dividendos Controladores	926	2.468	926	2.468
Total	4.812	6.834	4.812	6.834

18.3 Remuneração do Pessoal Chave da Administração

Conforme estabelecido e aprovado nas atas da controladora e suas controladas foi atribuída à remuneração dos administradores, sendo esta remuneração caracterizada como benefício de curto prazo. Os demais tipos de remuneração listados no CPC 05 – Divulgação Sobre Partes Relacionadas, não são aplicados.

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Remuneração dos Conselheiros	366	352	366	352
Remuneração Diretoria - Pro-labore	3.765	3.625	3.765	3.625
Participação da Administração	3.765	3.625	3.765	3.625
Total	7.896	7.602	7.896	7.602

A participação da administração está em conformidade com o Estatuto Social da Companhia.

NOTA 19 - CAPITAL SOCIAL

O Capital Social pertence integralmente a acionistas domiciliados no país, e é formado de 63.816.925 ações, sendo 27.266.565 ações ordinárias e 36.550.360 ações preferenciais, todas sem valor nominal.

As ações preferenciais não terão direito a voto nas deliberações das Assembleias Gerais, sendo conferidas as seguintes vantagens:

- a) Direito a um dividendo mínimo, não cumulativo, de 25% do lucro líquido;
- b) Prioridade no reembolso de capital no caso de liquidação da sociedade;
- c) Dividendo 10% maior do que o atribuído às ações ordinárias.

19.1 Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio

A política de distribuição de dividendos e/ou juros sobre capital próprio está estabelecida na forma da Lei nº 9.249/95, imputados aos dividendos, está estabelecida no artigo 31 ao 33 do Estatuto Social, de 25% no mínimo do lucro líquido do exercício ajustado na forma do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

Descrição	Valor R\$ Mil
Lucro líquido do exercício	48.099
(-) Reserva legal	(2.405)
(-) Reserva p/ Incentivos Fiscais	(3.820)
Base de Cálculo Dividendos	41.874
Dividendos propostos – 25%	10.469
(-) Juros sobre o capital próprio líquido do imposto de renda	(9.679)
Dividendos a pagar	790

A Reunião do Conselho de Administração realizada em 12/11/2015 autorizou a companhia o pagamento de dividendos sob a forma de juros sobre capital próprio e que foi disponibilizado a partir de 30/11/2015 aos acionistas.

Juros Sobre Capital Próprio			
Valor Bruto			10.883
(-) IRRF		-	1.204
Valor Líquido			9.679

19.2 Ações em Tesouraria

A) Preferenciais

Ações em Tesouraria / Preferenciais	n° de ações	Valor em R\$
Saldo em 31/12/2014	47.600	358.318
Aquisições no Período	229.500	954.662
Baixas no Período	(32.700)	(128.283)
Saldo em 31/12/2015	244.400	1.184.697

Preços das Ações / Preferenciais Adquiridas			
Mínimo	Máximo	Médio Ponderado	Última Cotação
3,78	8,98	5,76	3,85

Baseado na última cotação de mercado em 30 de dezembro de 2015, o valor das ações em tesouraria é de R\$ 948 mil (244.400 x 3,88).

B) Ordinárias

Ações em Tesouraria / Ordinárias	n° de ações	Valor em R\$
Saldo em 31/12/2014		
Aquisições no Período	3.200	38.400
Baixas no Período		
Saldo em 31/12/2015	3.200	38.400

Preços das Ações / Ordinárias Adquiridas			
Mínimo	Máximo	Médio Ponderado	Última Cotação
12,00	12,00	12,00	12,00

Baseado na última cotação de mercado em 30 de dezembro de 2015, o valor das ações em tesouraria é de R\$ 38 mil (3.200 x 12,00).

19.3 Reservas para Incentivos Fiscais

Em 08/12/2014 foi constituído o valor de R\$ 8.433 mil em reservas para incentivos fiscais, sendo que esse valor corresponde às receitas com subvenção de investimento nos exercícios 2013 e 2014, no ano de 2015 foi constituído R\$ 3.820 mil, totalizando R\$ 12.253 mil, direito que foi adquirido junto ao Estado de Santa Catarina através do protocolo de intenções que as partes celebraram entre si, onde a companhia se compromete a investir em bens do ativo imobilizado. Conforme art. 443 do RIR/99 esse valor foi excluído da base de cálculo do IRPJ e CSLL e somente poderá ser utilizado para absorção de prejuízos ou ser incorporado ao capital social, não podendo ser distribuído aos acionistas ou sócios.

Reservas Incentivos Fiscais	Valor em R\$
Saldo 31/12/2014	8.433
Aquisições	3.820
Saldo em 31/12/2015	12.253

NOTA 20 – RECEITAS DE VENDAS

Receita Líquida de Venda	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Vendas Mercado Interno	548.323	776.329	548.323	776.329
Vendas Zona Franca de Manaus	3.463	3.976	3.463	3.976
Vendas Mercado Externo	230.813	163.936	248.138	174.311
Outras Vendas	1.362	1.695	1.362	1.695
Vendas Intercompanhia	6.561	5.669		
(-) Devoluções e Abatimentos	(44.539)	(66.596)	(44.857)	(66.837)
(-) Impostos sobre as Vendas	(108.339)	(155.816)	(108.339)	(155.816)
Receita Líquida de Vendas	637.644	729.193	648.090	733.658

NOTA 21 - RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

Despesas Financeiras	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Juros sobre Capital de Giro	30.559	24.525	30.559	24.525
Juros sobre Financiamentos	4.773	4.544	4.770	4.543
Variação Cambial	88.218	48.496	88.307	48.496
Outras Despesas	2.010	1.305	2.010	1.305
Total de Despesas	125.560	78.870	125.646	78.869

Receita Financeira	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Variação Cambial	86.660	47.210	86.660	47.210
Aplicações Financeiras	26.775	16.223	26.775	16.223
Outras Receitas	1.223	1.372	1.223	1.372
Total de Receitas	114.658	64.805	114.658	64.805

Resultado Líquido Financeiro	(10.902)	(14.065)	(10.988)	(14.064)
-------------------------------------	-----------------	-----------------	-----------------	-----------------

NOTA 22 - PARTICIPAÇÃO NO RESULTADO

A Companhia mantém o Programa Schulz de Participação no Resultado à seus colaboradores, vinculada ao resultado da companhia e alcance de metas, cujos parâmetros para o exercício de 2015 constam de acordo. A companhia provisionou no Passivo Circulante o valor R\$ 7.649 referente à Participação no Resultado que serão distribuídos aos seus colaboradores vinculados a CLT referente ao exercício de 2015. Os Diretores Estatutários, Conselho de Administração e Conselho Fiscal não tem participação neste programa.

NOTA 23 - RESULTADO POR AÇÃO

O lucro básico e diluído por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da sociedade, pela quantidade de ações emitidas.

Resultado por Ação		31/12/2015	31/12/2014
Numerador			
Lucro Líquido do exercício atribuído aos acionistas da companhia			
Lucro disponível aos acionistas preferenciais		28.661	32.218
Lucro disponível aos acionistas ordinários		19.438	21.850
Total		48.099	54.068
Denominador (em milhares de ações)			
Quantidade de ações preferenciais emitidas		36.550	36.550
Quantidade de ações ordinárias emitidas		27.267	27.267
Total		63.817	63.817
Resultado básico e diluído por ação (em Reais)			
Ação preferencial		0,78417	0,88147
Ação ordinária		0,71288	0,80133

NOTA 24 - COBERTURA DE SEGUROS

Os valores são contratados em bases técnicas que se estimam suficientes para cobertura de eventuais perdas decorrentes de sinistros com bens do Ativo Imobilizado e Estoques, conforme apresentado:

Ramo (modalidade)	Objeto	Valor em Risco (R\$ Mil)
Riscos Nomeados e Operacionais	Máquinas, Equipamentos, Móveis e Utensílios, Edificações e Estoques	741.179

Além da cobertura detalhada acima, em 31/12/2015 a companhia também possuía apólices de seguro para os seguintes riscos:

1. Lucros cessantes;
2. Responsabilidade Civil;
3. Transportes;
4. Automóvel (Frota);
5. Vida em Grupo;
6. Assistência Viagem.

NOTA 25 - AVAIS E FIANÇAS

A Companhia concedeu, com o fim de atender exclusivamente suas operações financeiras, aproximadamente R\$ 16,5 milhões (valor de mercado) em alienação fiduciária (nota 15), e R\$ 31,3 milhões em fiança bancária prestada como garantia para o financiamento de projetos de investimento contratados com o BNDES (R\$ 28.209 mil) e também em decorrência de contratos de compra e venda de energia elétrica (R\$ 3.179 mil).

NOTA 26 - INSTRUMENTOS FINANCEIROS POR CATEGORIA

Controladora							Controladora						
31/12/2015							31/12/2015						
Ativos Financeiros	Mensurado pelo Valor justo por meio do resultado			31/12/2014			Passivos Financeiros	Mensurado ao custo amortizado			31/12/2014		
		Empréstimos e Recebíveis	Total		Empréstimos e Recebíveis	Total			Total		Mensurado ao custo amortizado	Total	
Equivalentes de Caixa	223.053	21.579	244.632	207.946	30.273	238.219	Fornecedores	28.306	28.306	31.489		31.489	
Clientes		179.617	179.617		203.558	203.558	Empréstimos e Financiamentos	416.850	416.850	453.825		453.825	
Outras Aplicações													
Total	223.053	201.196	424.249	207.946	233.831	441.777	Total	445.156	445.156	485.314		485.314	

Consolidado							Consolidado						
31/12/2015							31/12/2015						
Ativos Financeiros	Mensurado pelo Valor justo por meio do resultado			31/12/2014			Passivos Financeiros	Mensurado ao custo amortizado			31/12/2014		
		Empréstimos e Recebíveis	Total		Empréstimos e Recebíveis	Total			Total		Mensurado ao custo amortizado	Total	
Equivalentes de Caixa	223.053	28.759	251.812	207.946	31.482	239.428	Fornecedores	28.725	28.725	30.033		30.033	
Clientes		181.814	181.814		203.649	203.649	Empréstimos e Financiamentos	416.850	416.850	453.836		453.836	
Outras Aplicações													
Total	223.053	210.573	433.626	207.946	235.131	443.077	Total	445.575	445.575	483.869		483.869	

NOTA 27 - INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

As informações por segmento estão sendo apresentadas de acordo com o CPC 22 – Informações por Segmento, aprovado pela Deliberação CVM 582/09. A administração definiu os segmentos operacionais da Companhia, com base no modelo de organização e gestão aprovadas pelo Conselho de Administração, contendo as seguintes áreas:

Em 31 de dezembro de 2014	Indústria	Comércio	Total
Receita Operacional Líquida	511.542	227.785	739.327
Receita entre Segmentos		(5.669)	(5.669)
Receita de Clientes	511.542	222.116	733.658
Depreciação e Amortização	(28.407)	(6.212)	(34.619)
Ativo Imobilizado e Intangível	294.930	90.529	385.459
Em 31 de dezembro de 2015	Indústria	Comércio	Total
Receita Operacional Líquida	453.929	205.265	659.194
Receita entre Segmentos		(11.104)	(11.104)
Receita de Clientes	453.929	194.161	648.090
Depreciação e Amortização	(29.486)	(6.700)	(36.186)
Ativo Imobilizado e Intangível	276.864	86.441	363.305

A administração da Companhia segrega apenas o ativo imobilizado entre os dois segmentos operacionais. Assim o valor dos ativos totais não é apresentado de forma segregada, visto que são comuns aos dois segmentos.

A Companhia realiza venda para o mercado interno e externo, nos segmentos de compressores e automotiva. As vendas para o mercado externo estão assim distribuídas:

Mercado Externo	31/12/2015	31/12/2014
América Latina	12,64%	21,00%
EUA e Canadá	37,34%	39,00%
Europa	49,11%	39,00%
Outros	0,91%	1,00%

NOTA 28 – DEMONSTRAÇÃO CÁLCULO LAJIDA (EBITDA)

Demonstramos a seguir o cálculo do LAJIDA (EBITDA) – Lucro Antes dos Juros, Impostos sobre Renda Incluindo Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, Depreciação e Amortização, os valores (em milhares) estão de acordo com as publicações das demonstrações consolidadas da companhia divulgadas para os períodos:

LAJIDA(EBITDA)	2.015	2.014	4T'15	4T'14
Lucro Líquido Exercício	48.099	54.068	10.340	20.274
(+) Tributos sobre o Lucro	16.391	18.985	(572)	786
(+) Despesas Financeiras Líquidas	10.988	14.064	2.382	4.268
(+) Depreciações, amortizações e exaustões	36.186	34.619	9.219	8.806
TOTAL	111.664	121.736	21.369	34.134
Receita Operacional Líquida	648.090	733.658	149.027	192.846
Margem LAJIDA(EBITDA) sobre ROL	17,23%	16,59%	17,03%	17,70%